

Malan descarta máxi

SÍLVIA MUGNATTO

BRASÍLIA – O ministro da Fazenda, Pedro Malan, disse ontem que o Brasil terá disponíveis, nos próximos 12 meses, US\$ 37 bilhões dos US\$ 41,5 bilhões do acordo firmado ontem com o Fundo Monetário Internacional (FMI). “Não será necessário utilizar a totalidade dos recursos que hoje são colocados à disposição do Brasil e que tem o efeito de mostrar a confiança do resto do mundo no país”, disse o ministro. Malan minimizou a necessidade de financiamento externo em 1999, afirmando que ela deve ser inferior a US\$ 20 bilhões.

De acordo com nota do Ministério da Fazenda, o Brasil terá que cumprir metas fiscais, manter uma “firme disciplina monetária”, a atual política cambial e continuar o processo de abertura econômica. Em relação à política cambial, Malan foi categórico como sempre: “Não teremos uma máxi, nem midi, nem uma flutuação maior do câmbio”. O ministro disse ainda que o acordo não prevê nenhum limite de gastos com pagamento de juros nos próximos três anos.

“Temos que distinguir entre metas indicativas, objetivos e compromissos. Quando tudo é compromisso, quer dizer que estamos amarrados, o que não é o caso.” Malan explicou que a taxa de juros média para 1999 de 21,89% – anunciada no pacote fiscal – é apenas um “exercício” e não um compromisso de governo.

Segundo o ministro, o Brasil terá compromissos externos de US\$ 60 bilhões no ano que vem. O governo espera, porém, receber US\$ 23 bilhões de investimentos diretos na economia brasileira através, por exemplo, da privatização de esta-

tais; além de outros US\$ 20 bilhões de financiamentos à importação. “Portanto, a nossa necessidade seria de menos de US\$ 20 bilhões”, afirmou o ministro, que classificou o acordo de “precaução para evitar e prevenir crises”.

Malan informou que o Senado será comunicado “informalmente” das negociações do Brasil com os organismos internacionais, mas explicou que não precisa da autorização dos parlamentares para fechar os acordos. “Como país-membro do FMI, nós não precisamos de autorização formal do Senado para os Direitos Especiais de Saque, mas vamos informar a Comissão de Assuntos Econômicos”, disse. O ministro informou, porém, que, caso seja necessário mais de um empréstimo através do Banco de Compensações Internacionais (BIS), o Senado terá que se manifestar.

O Brasil espera receber US\$ 14,5 bilhões do BIS, mas uma primeira parcela deste empréstimo – de US\$ 4 bilhões – pode ser oferecida pelo banco sem a apresentação de garantias de pagamento pelo Brasil. “Há um ano, o BIS convidou oito países para serem membros do banco. Um desses países foi o Brasil. Portanto, como sócios, nós não precisamos apresentar garantias em uma primeira *tranche* (parcela)”, disse Malan.

O governo continua dependendo do Congresso, porém, para a realização das metas fiscais acertadas com o FMI. Nesse sentido, Malan fez um apelo aos parlamentares: “Quero expressar a minha confiança de que o Congresso Nacional saberá se erguer à altura dos desafios do momento presente, pois já o demonstrou no passado”.